

Protocolo 6- 37.912/2025

De: Camila L. - SEMAM - DLFA - DLA

Para: Representante: Georgiana Bossardi Rissardi

Data: 06/05/2025 às 17:28:02

Setores envolvidos:

SEGOV - DITI - DEPE, SEMAM - DEFA, SEMAM - DADMF - PROT, SPU - DCC - DAP - VC, SEMAM - DLFA - DLA

SPU - Consulta de Viabilidade – Para fins de Construção e Regularização

Boa tarde,

Segue Parecer da Secretaria de Meio Ambiente.

Atenciosamente,

—

Camila Sardi de Lima

Analista Ambiental - Matrícula 32081

Anexos:

37912_25_Gergiana_Bossardi_Rissardi_viab.pdf

CONSULTA DE VIABILIDADE

1. IDENTIFICAÇÃO

Protocolo nº: 37912/2025
Requerente: Gergiana Bossardi Rissardi
Solicitação: Consulta de Viabilidade para Construção
Endereço do imóvel: RUA AQUEDUTO Nº 370 E AVENIDA PANORÂMICA
Zoneamento: ZACC II A - Zona de Ambiente Construído Consolidado de Média Densidade
ZAN I - Zona de Ambiente Natural de Ocupação Controlada
ZAN III - Zona de Ambiente Natural de Preservação Permanente

CPF/CNPJ: 010.009.060-51

DIC: 28322



Imagem 01 - Localização (Geoprocessamento)



Imagem 02 - Identificação dos cursos d'água

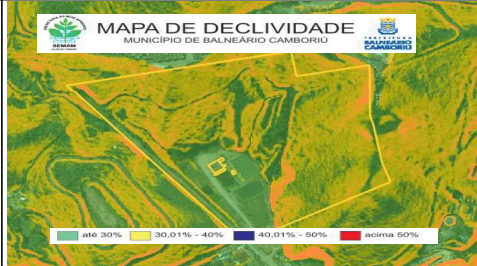


Imagem 03 - Mapa de declividade



Imagem 04 - Foto do local (Google Earth, 02/2023)

2. CARACTERÍSTICAS / OBSERVAÇÕES

- Verificou-se a existência de edificação em terreno com vegetação arbórea;
- **É proibido cortar e/ou podar vegetação sem a correspondente autorização dos órgãos ambientais competentes (SEMAM ou IMA);**
- **As árvores existentes no passeio público (calçada) deverão ser preservadas;**
- Deve-se respeitar as restrições impostas pela Lei nº 4868/2024 que "Dispõe sobre as Normas e padrões para proteção e manutenção da Arborização Urbana do Município de Balneário Camboriú";
- Esta Secretaria utiliza como fonte de consulta o Diagnóstico Socioambiental do Município, desenvolvido por equipe multidisciplinar com profissionais técnicos qualificados e Anotação de Responsabilidade Técnica, seguindo normas e diretrizes dos órgãos fiscalizadores - Imagem 02;
- **Conforme o Diagnóstico Socioambiental do Município, há na região um corpo hídrico.**
- Deve-se respeitar a Área de Preservação Permanente referente às faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura conforme Art.4º Inciso I da Lei Federal nº 12.651/12 (Código Florestal).
- Deve-se respeitar a Área de Preservação Permanente referente às áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros conforme Art.4º Inciso IV da Lei Federal nº 12.651/12 (Código Florestal).
- Deve-se respeitar a área de Preservação Permanente referente à concentração de ecossistemas da Mata Atlântica em terrenos com declividade superior a 30% localizados em zoneamento ZAN-III, determinado pelo Art. 147 da Lei Municipal nº 2686/06, na qual não poderá ocorrer qualquer forma de ocupação para fins de habitação, atividades econômicas ou públicas que produzam impactos ao meio ambiente;
- Deve-se respeitar a área de Preservação Permanente referente à concentração de ecossistemas da Mata Atlântica em terrenos com declividade superior a 30% localizados em zoneamento ZAN-I ou ZAN-II, determinado pelos Art. 143 e 145 da Lei Municipal nº 2686/06, na qual não poderá ocorrer corte de vegetação;
- Deve-se respeitar as restrições impostas pelos art. 30 e 31 da Lei nº 11428/06 - Lei da Mata Atlântica; e as Instruções Normativas 24 e 57 Instituto do Meio Ambiente – IMA/SC para a supressão de vegetação;
- Em Áreas de Preservação Permanente é proibida a construção de muros de alvenaria. Deve-se seguir modelo de cercamento disponibilizado pela SEMAM;
- Na existência de tubulação de drenagem, respeitar Art. 2º do Decreto 10.752/2022;

3. IDENTIFICAÇÃO DOS EXEMPLARES ARBÓREOS EXISTENTES

- Existência de densa vegetação arbórea em área de domínio Mata Atlântica no interior do terreno

CONSULTA DE VIABILIDADE

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

- Projetos arquitetônico e hidrossanitário aprovados pelas Secretarias de Planejamento e de Saúde e Saneamento;
- Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), consoante com a Lei Municipal nº 2508/2005 e Decreto Municipal nº 5125/2008;
 - ☞ No PGRCC deverá constar: Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica; nome do transportador cadastrado pelo Município; Área receptora licenciada por Órgão Ambiental competente (identificando o número da licença e órgão emissor).
- Projeto de arborização urbana de acordo com o art. 6 e parágrafos da Lei 4868/2024 aprovado pelas Secretarias de Meio Ambiente e de Planejamento Urbano e Gestão Orçamentária;
- Caso o empreendimento a ser implantado estiver na listagem das atividades sujeitas ao Licenciamento Ambiental, conforme Resolução CONSEMA n. 250 ou n. 251/2024, apresentar, nesta Secretaria, a **Licença Ambiental de Instalação** ou **Certidão de Conformidade Ambiental** emitidos pelo IMA – Instituto do Meio Ambiente ou pela SEMAM;
- Caso houver necessidade de movimentação de terra, apresentar projeto de terraplanagem, acompanhada da anotação de responsabilidade técnica (ART ou RRT) e memorial descritivo, respeitando as áreas não edificantes e de vegetação existentes sem autorização para supressão. Essa movimentação de terra deve estar contemplada no Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;
- Caso não houver necessidade de movimentação de terra, apresentar declaração que não haverá tal atividade, assinada pelo Responsável Técnico;
- Planta de Declividade do terreno;
- Planta de situação e localização da obra pretendida indicando o recuo legal das margens do curso d'água, conforme Lei Federal Nº 12.651/2012;
- Planta de locação das árvores existentes no passeio público;
- Caso houver necessidade da demolição de obra existente, apresentar autorização da Secretaria de Planejamento Urbano juntamente com o Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil referente a esta demolição;
- Caso houver necessidade de Corte de Vegetação, apresentar autorização para supressão emitida pelo Órgão Ambiental competente (SEMAM ou IMA);
- Caso não houver necessidade de Corte de Vegetação, apresentar declaração que não haverá supressão assinada pelo Responsável;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Todos os projetos deverão respeitar as diretrizes do Plano Diretor Municipal e a Legislação Ambiental em vigor;
- Este Parecer não exonera o Requerente do cumprimento de embargos, bem como quaisquer processos relativos à área em questão;
- **Este parecer não autoriza corte de vegetação;**
- Qualquer infração ao presente Parecer implicará no imediato embargo dos serviços e sujeitará o autor às sanções previstas na legislação vigente.

Balneário Camboriú, 6 de Maio de 2025.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 98FB-A68B-7420-100A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAMILA SARDI DE LIMA (CPF 050.XXX.XXX-58) em 06/05/2025 17:28:29 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/98FB-A68B-7420-100A>